ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA – SALA DAS COMISSÕES

P R O V A T É C N I C A – ESCRIVANIA DE PAZ

CONCURSO PARA INGRESSO NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1.- Este caderno de prova contém espaço para: **a)** elaboração da peça prática; **b)** espaço para a resposta das questões discursivas; **c)** rascunho.

2.- O caderno de prova **não poderá** ser identificado ou assinado, sob pena de eliminação.

3.- O caderno de prova só será substituído se apresentar problemas de impressão.

4.- A **interpretação** das questões é parte integrante da prova. Cada questão deverá ser avaliada através da análise crítica do candidato, que deverá demonstrar conhecimento da matéria, apresentando raciocínio lógico e objetividade na resposta.

5.- A simples resposta afirmativa ou negativa, ou a simples capitulação legal ou transcrição de artigo de lei, desacompanhada de justificativa, **não será considerada**.

6.- Na correção da peça prática e das questões discursivas, será observada a precisão redacional, na conformidade dos preceitos da língua portuguesa, nos aspectos morfológicos, sintáticos e gramaticais, podendo o avaliador, neste aspecto, reduzir a nota global em até dois pontos.

7.- Durante a aplicação das provas **não** serão fornecidas quaisquer **informações acerca das questões apresentadas**. Caso queira manifestar o seu inconformismo, o candidato deverá **apresentá-lo em tempo hábil**, na Sala das Comissões.

8.- A duração da prova é de **seis** horas. A **saída do candidato** só será permitida após transcorrida uma hora do seu início. Os **três últimos** candidatos a terminar a prova **deverão retirar-se da sala simultaneamente.**

9.- Ao candidato é facultado o uso de Códigos e Legislação, desde que não comentados nem anotados, ou contendo acórdãos ou remissões à jurisprudência ou entendimento doutrinário ou súmulas, modelos ou enunciados.

10.- A Prova Técnica estará disponível para consulta no dia 09/06, após as 16 horas, no *site* do Tribunal de Justiça **www.tj.sc.gov.br** ou na **Sala das Comissões**.

Florianópolis, 06 de junho de 2009.

Peça prática: Maria Auxiliadora Cardoso, viúva, não alfabetizada, com 71 anos de idade, vendeu um lote que possui em Joinville e não podendo comparecer no cartório aonde o comprador, José Pereira, pretende lavrar a escritura de compra e venda, uma vez que sua única filha Antônia Cardoso, não pode acompanhá-la, dirige-se à Escrivania de Paz da qual você é titular, para lavrar uma procuração para que sua sobrinha Ana Luísa Cardoso, com 20 anos de idade, a represente no referido cartório para assinar a competente escritura.

Proceda à lavratura da procuração específica para a venda do imóvel, com observância da lei civil vigente e também das disposições contidas no Código de Normas da CGJ/SC.

QUESTÕES DISCURSIVAS

1ª Questão: JOÃO ABELARDO CAMACHO, brasileiro, divorciado, 59 anos, 3 filhos maiores, pretende contrair matrimônio com SUZANA DE OLIVEIRA CRUZ, brasileira, viúva, 52 anos, 2 filhos menores, sob regime de comunhão universal de bens.

Desejam realizar uma cerimônia íntima, com a presença de poucos convidados, num sítio com salão de festas na cidade onde residem. Você é o Escrivão de Paz da localidade.

Responda, indicando a fundamentação legal:

a) Quais as formalidades que devem ser seguidas para a realização do casamento civil e documentos que devem instruir o processo de habilitação de casamento.
b) Quais os procedimentos para a realização da solenidade e número obrigatório de testemunhas.
c) Quais as providências e exigências para a concretização do pretendido regime de bens.

2ª Questão: Tatiana Menestrel, espanhola residente no Brasil, compareceu na Escrivania de Paz da qual você é titular, solicitando a lavratura de escritura de compra e venda de imóvel que pretende adquirir, situado em área rural, contendo 5 (cinco) módulos.
Indique a fundamentação legal e as formalidades necessárias para a lavratura do ato.

3ª Questão: Márcia da Silva, brasileira, maior, solteira, residente na mesma base territorial da Comarca de sua Serventia de Paz o procura a fim de proceder ao Registro do Nascimento de seus 02 (dois) filhos, gêmeos, ocorrido há 15 (quinze) dias, fora de estabelecimento de saúde. Informa que pretende dar a ambas as crianças o mesmo nome, João Silva Dias, em homenagem ao avós, João da Silva e João Dias. Declara que o pai das crianças, José Dias, maior, solteiro, pescador, está embarcado, trabalhando em alto mar e somente retornará em 60 (sessenta) dias. Responda, indicando a fundamentação legal à luz do Código de Normas Judiciais e Extrajudiciais do Estado de Santa Catarina – CNCGJESC:

a) Qual o ato a ser lavrado, o que dele deve constar obrigatoriamente e em qual livro deve ser lançado.
b) Como sanar a falta de Declaração de Nascido Vivo – DN.
c) É possível o registro de ambos os irmãos com o mesmo nome? Justifique.
d) Ante a ausência do pai, como agir para proceder-se ao ato.

4ª Questão: A delegacia de Polícia da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz abriu inquérito para investigar delito de falsidade atribuído a Maria das Mercês, sendo vítima Jacó Schmitz. Pairando dúvidas sobre a autenticidade da assinatura, o Comissário de Polícia telefonou à escrivania de paz onde você atua, requisitando a apresentação do livro onde feita a lavratura da procuração, alegando ser necessário para exame pericial sem poder adiantar prazo para devolução, mas deu prazo de 10 dias para atender o pedido. Com base na Lei registral:

a) Como o candidato(a) se posiciona?
b) Indique a fundamentação legal.

RASCUNHO